

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Diretoria da Revista	13
----------------------------	----

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

Células-tronco, clonagem terapêutica e a inclusão social de pessoas com deficiência: por uma releitura do artigo 5º da Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005)

Rodrigo Zacharias	15
-------------------------	----

Contratação temporária de pessoal pela Administração Pública: a incompatibilidade das teses jurídicas fixadas nos temas 916 e 551 do STF

Marc Philippe de Abreu Arciniegas; Andre Studart Leitão	37
---	----

O direito fundamental social à saúde como qualidade de vida: a experiência da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares

Gabriela Pavoski; José Carlos Kraemer Bortoloti; Simone Paula Vesoloski.....	51
--	----

O Ativismo Judicial e o Processo Civil

José Luís Bonifácio Ramos	69
---------------------------------	----

Mulheres no cárcere: uma breve discussão sobre a realidade de gênero no sistema prisional brasileiro

Martina Bueno da Silva; Maria Cristina Kurtz de Lima; Neuro José Zambam	101
---	-----

Ambiguidades na regulamentação do Sistema Nacional de Cultura: contraste entre o antes e o depois da Lei nº 14.835/2024

Allan Carlos Moreira Magalhães; Diana Moreira Gondim; Francisco Humberto Cunha Filho	123
--	-----

O caráter evolucionário das leis: com base na filosofia de Charles Sanders Peirce

Luciana David de Oliveira	141
---------------------------------	-----

Análises jurídico-conceituais comparadas entre Brasil e Portugal sobre os migrantes ambientais à luz do Quadro de Sendai

Laura Magalhães de Andrade	153
----------------------------------	-----

A modulação dos efeitos das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em controle de constitucionalidade e a segurança jurídica em face da ação rescisória

Paulo Henrique da Silveira Chaves	175
---	-----

O caráter instrumental do inventário do patrimônio cultural no Brasil: diferentes perspectivas a partir das políticas públicas e do Direito

Carlos Magno de Souza Paiva; Ana Paula Trindade Gomes	191
---	-----

JURISPRUDÊNCIA

ÓRGÃO ESPECIAL

Recurso Extraordinário. Negativa de seguimento. Imunidade tributária. CEBAS. Ausência. Temas 459 e 32 do STF. Inaplicabilidade ao caso dos autos.

Ag ApCiv [0005297-98.2006.4.03.6000](#)

Desembargador Federal Nelton dos Santos	217
---	-----

Projeto de Súmulas. Comissão de Jurisprudência. Estudo. Precedentes. Órgãos Fracionários da 1ª e 2ª Seções. Aprovação.

PRSU 0047384-92.2020.4.03.8000

Desembargador Federal Baptista Pereira	219
--	-----

Agravo Interno. Negativa de seguimento: Tema 779 e 780. Inviabilidade de elevar ao STJ discussão acerca da natureza e efeitos (como despesas essenciais ou relevantes) de bens e serviços, para fim de serem considerados insumos, a fim de permitir efeitos fiscais no PIS-COFINS pago por empresa. ApCiv [5003245-83.2021.4.03.6108](#)

Desembargador Federal Johansom Di Salvo 220

Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Interesse e legitimidade concorrente da parte para discutir verba honorária advocatícia sucumbencial. Matéria comum a mais de uma Seção deste Tribunal. Competência para processamento e julgamento do Órgão Especial. Questão processual controvertida. Multiplicidade de ações. Risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

IRDR [5011902-34.2023.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Antonio Cedenho 222

Suspensão de Liminar e de Sentença. Ação Civil Pública. Fiscalização e correção de irregularidades em unidades habitacionais do programa “Minha Casa Minha Vida”. Reunião de processos ou suspensão do julgamento improcedente. Determinação de vistoria *in loco* pelo município. Riscos à ordem pública e economia municipal não verificados. Inércia. Inobservância dos deveres de cooperar e envidar esforços para solução do litígio.

SLS [5019580-03.2023.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Carlos Muta 224

PRIMEIRA SEÇÃO

Ação rescisória. Artigo 966, inciso V, do CPC. Servidor público. Demissão. Processo administrativo disciplinar. Irregularidade não comprovada. Improcedência.

AR [5013698-31.2021.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Renato Becho 227

Conflito Negativo de Competência. Ação revisional de contrato de financiamento imobiliário. Ação pessoal. Competência territorial e relativa. Declínio de ofício. Impossibilidade. Cláusula de foro de eleição. Irrelevância.

CCCV [5005197-20.2023.4.03.0000](#)

Desembargadora Federal Renata Lotufo 228

Primeira Turma

Alienação de imóvel pela CEF. Edital com informação sobre pendência judicial. Ciência do comprador. Indenização indevida.

ApCiv [5001049-95.2022.4.03.6144](#)

Desembargador Federal David Dantas 229

Reintegração de posse. Tutela de urgência. Requisitos. Desocupação e demolição de edificações existentes na faixa de domínio ou na faixa *non aedificandi* de rodovia.

AI [5023834-19.2023.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Herbert de Bruyn 230

Ação de conhecimento. Agravo de instrumento. FIES. Processo seletivo. Critério da melhor nota no ENEM. Nota de corte. Legalidade.

AI [5004070-13.2024.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Antonio Morimoto 231

Segunda Turma

Ação Civil Pública. Programa de Arrendamento Residencial. Contratação de empresas para administração dos condomínios. Ausência de demonstração de ilicitude por parte da CEF.

ApCiv [0009233-92.2015.4.03.6105](#)

Juíza Federal Convocada Diana Brunstein 232

Execução Fiscal. Prosseguimento com a realização de atos constitutivos de bens. Recuperação judicial. Tema 987/STJ. Penhora no juízo da execução. Cabimento.

AI [0001011-49.2017.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Cotrim Guimarães 233

Programa de Regularização Tributária Rural - PRR. Lei nº 13.606/2018. Inclusão de contribuição ao SENAR. Impossibilidade. Falta de previsão legal. Verba honorária. Redução. Regra do escalonamento.

ApCiv [5005575-48.2019.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Alessandro Diaferia 234

Execução fiscal. Grupo econômico familiar reconhecido. Grupo Canhedo. Desconsideração da personalidade jurídica. Ilegitimidade passiva de sócia minoritária sem poderes de gestão.

AI [5001775-71.2022.4.03.0000](#)

Desembargadora Federal Audrey Gasparini 235

Ação Anulatória. FGTS. Lei nº 8.036/1990. Lei Complementar nº 110/2001. Clube de futebol profissional. Direito de imagem. Natureza jurídica. Incidência. Aspectos de fato. Indícios de fraude.

AI [5028850-51.2023.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Carlos Francisco 236

SEGUNDA SEÇÃO

Conflito negativo de competência. Ação objetivando a emissão de diploma em curso superior e danos morais. Competência do Juizado Especial Federal. Massa falida no polo passivo da ação.

CCCV [5030076-28.2022.4.03.0000](#)

Desembargador Federal André Nabarrete 237

Conflito negativo de competência. Juízo Federal e JEF. RE 590.409/RJ (Tema 128), de Repercussão Geral. Súmula 428/STJ. Ação anulatória de débito fiscal. Sociedade de advogados. Polo ativo. Impossibilidade de litigar perante o JEF. Não enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte. Alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014.

CCCV [5019252-73.2023.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Marcelo Saraiva 238

Terceira Turma

ANP. Agência reguladora e fiscalizadora. Poder de polícia. Álcool combustível. Cooperativa de produtores. Ausência de autorização de distribuição de combustíveis líquidos. Veracidade e legalidade do auto de infração. Multa administrativa. Devido processo legal administrativo.

ApCiv [0001168-31.2014.4.03.6142](#)

Desembargadora Federal Adriana Pileggi 240

Imposto de renda. Omissão de receita. Inocorrência. Percepção acumulada de benefícios previdenciários em decorrência de sentença judicial transitada em julgado. Tributação pelo regime de competência. Tema 351 do STJ. Tema 368 do STF. CDA. Nulidade. Novo cálculo. Não cabimento em grau recursal.

ApCiv [5633339-97.2019.4.03.9999](#)

Desembargador Federal Rubens Calixto 241

Estrangeiro. Pedido de autorização de residência com base em reunião familiar. Documentos. Apresentação. Dispensa. Descabimento.

ApelRemNec [5002584-31.2021.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Carlos Delgado 242

ANATEL. Aplicação do art. 10 do anexo do Ato 10.413/2021. Exigência de utilização do código 0303 no exercício da atividade de telemarketing. Ponderação entre os interesses em conflito. Prevalência do interesse da coletividade consumidora.

AI [5018281-25.2022.4.03.0000](#)

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 244

Mandado de Segurança. PIS. COFINS. Receitas financeiras. Não cumulatividade. Tributação. Decreto nº 11.322/2022. Revogação antes do início da vigência. Inaplicabilidade. Decreto nº 11.374/2023. ADC 84. Creditamento. Impossibilidade. Direito líquido e certo não comprovado.

ApCiv [5002192-23.2023.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Nery Júnior 246

Quarta Turma

Fornecimento de medicamentos. Alteração do tratamento em cumprimento de sentença. Impossibilidade. Coisa julgada. Imutabilidade. Violação ao contraditório.

ApCiv [0004456-97.2011.4.03.6107](#)

Desembargadora Federal Marli Ferreira 248

Ação Civil Pública. Suposto ato de improbidade administrativa decorrente da ilegalidade na aplicação de verbas do Programa Nacional De Alimentação Escolar - PNAE. Aplicação retroativa da Lei nº 14.230/2021. Possibilidade. Art. 10 e 11 da Lei nº 8.429/92 (redação dada pela lei nova). Ausência da vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito (dolo).

ApCiv [0005082-36.2013.4.03.6111](#)

Desembargadora Federal Mônica Nobre 249

Mandado de Segurança. Conselho Regional dos Despatchantes Documentalistas do Estado de São Paulo - SP. Exigência. Inscrição. Lei nº 14.242/2021. Graduação em curso de tecnólogo. Reconhecimento pelo MEC. Inexistência. Restrição indevida.

RemNecCiv [5000077-63.2022.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Wilson Zauhy 252

Sexta Turma

Ação Civil Pública. MPF. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Status de Emenda Constitucional. Omissão do Estado. Cabível a intervenção do Judiciário. Conselho Nacional de Trânsito. DETRAN/SP. Centro de formação de condutores. Disponibilização de intérprete de libras sem cobrança adicional. Pluralidade e igualdade material.

ApCiv [0016100-87.2013.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Valdeci dos Santos 253

Apelação em Mandado de Segurança. Autos de infração fiscal. Reexame pela autoridade autuante. Legitimidade. Violação ao dever de impessoalidade. Não ocorrência. Lançamento. Isenção do tributo reconhecida administrativamente. Obrigação acessória. Autonomia.

ApCiv [5001387-60.2020.4.03.6105](#)

Desembargadora Federal Marisa Santos 256

IPI. Isenção. Lei nº 8.989/1995. Veículo sinistrado. Recuperação de salvados. Transferência da propriedade à seguradora. Inexigibilidade do tributo.

ApCiv [5004813-61.2021.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Mairan Maia 257

Ação anulatória de débito fiscal. Imposto de renda. Erro na declaração. Irregularidade da notificação. Não comprovação. Intimação por edital. Honorários de advogado. Cabimento.

ApCiv [5033401-44.2022.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Souza Ribeiro 258

Execução fiscal. Penhora de vaga de garagem. Possibilidade. Suspensão da exigibilidade do crédito. Hipóteses do artigo 151 do CTN. Taxatividade.

AI [5034705-11.2023.4.03.0000](#)

Desembargadora Federal Giselle França 259

TERCEIRA SEÇÃO

Aposentadoria por idade. Ação Rescisória. Preliminar. Reexame da ação subjacente. Violação a norma jurídica caracterizada. Períodos de auxílio-doença intercalados. Carência. Hipótese de rescisão configurada. Juízo rescisório. Trabalhador urbano. Requisitos preenchidos.

AR [5002996-60.2020.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Erik Gramstrup 260

Conflito Negativo de Competência. Justiça Estadual e Justiça Federal. Ação previdenciária ajuizada na justiça estadual. Superveniente instalação de vara federal no município. Execução do julgado.

CCCiv [5010276-77.2023.4.03.0000](#)

Desembargadora Federal Daldice Santana 263

Sétima Turma

Auxílio-doença. Restabelecimento. Conversão em aposentadoria por invalidez. Anulatória de indébito. Incapacidade definitiva para a atividade habitual. Idade avançada. Demais requisitos preenchidos. Incapacidade preexistente não configurada. Termo inicial do benefício.

ApCiv [0007337-37.2016.4.03.6183](#)

Desembargadora Federal Inês Virgínia 264

Pensão por morte. Menor sob guarda. Óbito do mantenedor após EC 103/19. Legislação especial aplicável. ECA. Proteção do menor vulnerável. Jurisprudência do STJ. Repercussão geral. Tema 1271.

ApCiv [5005531-30.2023.4.03.9999](#)

Desembargador Federal Jean Marcos 267

Auxílio reclusão. Condição de baixa renda do segurado demonstrada. Honorários de advogado. Prescrição. DIB. Verba honorária. Custas. Autodeclaração.

ApCiv [5077156-27.2023.4.03.9999](#)

Desembargador Federal Marcelo Vieira 268

Oitava Turma

Irrepetibilidade de valores recebidos de boa fé. Tema 979 do STJ. Modulação de efeitos. Não incidência da tese nos processos ajuizados em data anterior à decisão. Ausência de comprovação de má-fé. Ônus probatório. Desnecessidade de demonstração de boa-fé por parte do segurado.

ApCiv [0005155-42.2017.4.03.9999](#)

Desembargadora Federal Silvia Rocha 269

Pensão por morte. Revisão decorrente de ação judicial que revisou benefício instituidor. Termo inicial dos efeitos financeiros. Prescrição.

ApCiv [5004155-53.2020.4.03.6106](#)

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta 271

Aposentadoria por tempo de contribuição. Atividade rural. Regime de economia familiar parcialmente comprovada na seara administrativa. Requisitos cumpridos mediante reafirmação da DER.

ApCiv [0003005-76.2021.4.03.6304](#)

Desembargador Federal Toru Yamamoto 272

Aposentadoria por tempo de contribuição. Aeronauta. Exposição à pressão atmosférica anormal. Prova emprestada. Tempo especial. Reconhecimento. Reafirmação da DER.

ApCiv [5001231-27.2021.4.03.6141](#)

Desembargadora Federal Louise Filgueiras 274

Cumprimento de sentença. Multa diária correspondente a 1/30 avos do valor do benefício. Descumprimento de ordem judicial. Obrigação de fazer pelo INSS. Valor.

AI [5023530-88.2021.4.03.0000](#)

Desembargador Federal João Consolim 275

Nona Turma

Incidente de Juízo de Retratação. Artigo 1.040, II, do CPC. Tema 1.018. Recurso Especial repetitivo 1767789/PR e 1803154/RS. Benefício mais vantajoso. Opção. Parcelas pretéritas. Execução. Possibilidade. Juízo de retratação positivo.

ApCiv [0043237-89.2010.4.03.9999](#)

Juiz Federal Convocado Denilson Branco 276

Seguro-desemprego. Transação posterior à sentença. Homologação. Recursos prejudicados. Multa diária. Redução.

ApCiv [0005345-20.2012.4.03.6106](#)

Desembargador Federal Fonseca Gonçalves 277

Aposentadoria por idade urbana. Recolhimento de contribuições previdenciárias. GFIP. Responsabilidade do tomador de serviço. Carência cumprida. Termo inicial na data do requerimento administrativo.

ApCiv [5004818-77.2021.4.03.6102](#)

Desembargador Federal Gilberto Jordan 278

Benefício por incapacidade. Auxílio-acidente. Redução da capacidade verificada. Tema 416 STJ.

ApCiv [5006099-19.2022.4.03.6301](#)

Desembargadora Federal Cristina Melo 279

Décima Turma

Aposentadoria por tempo de contribuição. Tempo comum. Guarda-mirim. Prestação de serviços. Ausente remuneração. Segurado contribuinte individual. Recolhimentos com alíquota reduzida. Complementação da diferença. Dever do segurado. Reafirmação da DER. Tema 995/STJ. Opção ao melhor benefício.

ApCiv [5000442-98.2019.4.03.6108](#)

Desembargadora Federal Leila Paiva 280

Auxílio por incapacidade temporária. Incapacidade total e permanente para as funções habituais. Laudo médico pericial favorável. Auxílio até a reabilitação.

ApCiv [5004927-88.2021.4.03.6103](#)

Juíza Federal Convocada Raecler Baldresca 283

Seguro-desemprego. Sócio de empresa. Ausência de comprovação de renda. Presença do direito líquido e certo. Benefício concedido.

ApCiv [5002780-59.2022.4.03.6134](#)

Desembargador Federal Marcus Orione 284

Pensão por morte. Óbito ocorrido após a vigência das Leis nºs 13.135/2015 e 13.846/2019. Aplicação do artigo 77 da Lei nº 8.213/91. Duração do relacionamento por período superior a dois anos comprovada. Benefício vitalício.

ApCiv [5031257-76.2022.4.03.6301](#)

Desembargador Federal Nelson Porfírio 285

QUARTA SEÇÃO

Embargos infringentes. Lavagem de capitais. Art. 1º, § 1º, II, da Lei nº 9.613/1998. Divergência sobre a corporificação delitiva. Inocorrência de demonstração de dolo na conduta da acusada. Art. 615, § 1º. Lei nº 14.836/2024.

EIfNu [0004963-49.2015.4.03.6000](#)

Desembargador Federal Ali Mazloun 286

Embargos Infringentes. Crime de racismo. Art. 20, § 2º, da Lei nº 7.716/1989. Publicação em rede social. Conteúdo de antissemitismo. Dados históricos distorcidos. Comunidade neonazista. Dolo específico configurado. Prevalência do voto vencedor.

EIfNu [5001229-79.2019.4.03.6124](#)

Desembargador Federal José Lunardelli 287

Conflito de jurisdição. Operação Westminster. Conexão probatória. Risco de decisões conflitantes. Possibilidade de reconhecimento do instituto da continuidade delitiva. Precedente do C. Órgão Especial. Declarada a competência da E. 4ª Vara Criminal Federal de São Paulo/SP.

CJ [5000624-83.2024.4.03.6181](#)

Desembargador Federal Fausto De Sanctis 289

Quinta Turma

Apelação Criminal. Artigo 273, § 1º-B, incisos I e II, do Código Penal. Importação e falsificação de medicamentos sem registro na ANVISA. Preceito secundário. Lei nº 9.677/1998. Readequação da dosimetria.

ApCrim [0008727-04.2015.4.03.6110](#)

Desembargador Federal Maurício Kato 290

Apelação criminal. Associação criminosa. Absolvição do réu mantida. Crime de extorsão. Desclassificação do delito para o previsto no art. 345 do Código Penal. Pedido referente à prisão provisória prejudicado.

ApCrim [5007779-25.2020.4.03.6102](#)

Desembargador Federal Paulo Fontes 291

Habeas Corpus. Prisão preventiva. Requisitos: *fumus comissi delicti e periculum libertatis*. Liberdade provisória. Requisitos subjetivos. Insuficiência. Prisão domiciliar. Mulheres presas.

HCCrim [5002928-71.2024.4.03.0000](#)

Desembargador Federal André Nekatschalow 293

Décima Primeira Turma

Corrupção de testemunha. Crime do artigo 343 do Código Penal. Materialidade, autoria e dolo comprovados. Dosimetria. Legalidade.

ApCrim [0001504-80.2014.4.03.6127](#)

Desembargador Federal Hélio Nogueira 294

Agravo em Execução Penal. Cláusula de doação de sangue em ANPP. Voluntariedade. Ilegalidade não configurada. Cláusula restabelecida.

AgExPe [5000454-98.2023.4.03.6132](#)

Desembargador Federal Nino Toldo 296

Turmas Recursais do Juizado Especial Federal

Recurso Inominado Cível. CEF. Pix. Restituição de valores debitados indevidamente na conta bancária. Falta de segurança na prevenção e combate às fraudes. *Compliance*.

0012320-25.2021.4.03.6306

Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzales 297

SENTENÇAS

Procedimento Comum Cível. Benefício por incapacidade temporária. Acidente com amputação. Cessação administrativa. Pleito de restabelecimento ou, conversão em aposentadoria por invalidez.

5000359-53.2022.4.03.6116

Juiz Federal Caio Cezar Maia de Oliveira 309

Procedimento Comum Cível. Aposentadoria por tempo de contribuição. Seminarista. Situação equiparada à de aluno-aprendiz. Padre. Apresentador. Inexistência de relação de emprego.

5000904-78.2022.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite 314

Procedimento Comum Cível. Ditadura militar. Pleito de anistia política com reparação econômica por danos materiais e morais.

5011536-62.2022.4.03.6100

Juiz Federal Marcelo Guerra Martins 325

Procedimento Comum Cível. CEF. Lotérica. Revogação do contrato de permissão. Notificação por irregularidades. Pleito de religação das máquinas de sua unidade lotérica e a declaração da ilegalidade dos atos de rescisão contratual e fechamento.

5020760-24.2022.4.03.6100

Juíza Federal Denise Aparecida Avelar 332

Mandado de Segurança Cível. Admissão de *amicus curiae*. Possibilidade. Envasilhamento de recipiente de GLP de terceiro. Requalificação. Ausência de comprovação de cumprimento de exigências. Regularidade da autuação.

5001505-46.2023.4.03.6100

Juiz Federal Ricardo de Castro Nascimento 341

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região 349

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região 357